

LUCIANA SOUTO E BRAGA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SALA DE AULA: INVESTIGANDO SUAS
OCORRÊNCIAS E TRABALHANDO POR SUA ELIMINAÇÃO**

BELO HORIZONTE

2021

LUCIANA SOUTO E BRAGA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SALA DE AULA: INVESTIGANDO SUAS
OCORRÊNCIAS E TRABALHANDO POR SUA ELIMINAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Tradição Gramatical e Abordagens Contemporâneas da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Leandra Batista Antunes

BELO HORIZONTE

2021

S728p

Souto e Braga, Luciana.

Preconceito linguístico na sala de aula [recurso eletrônico] : investigando suas ocorrências e trabalhando por sua eliminação / Luciana Souto e Braga. – 2021.

1 recurso online (30 f.: il.)

Orientadora: Leandra Batista Antunes.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Tradição Gramatical e Abordagens Contemporâneas da Faculdade de Letras da UFMG.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Referências: f. 30.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 2. Língua portuguesa – Variação. I. Antunes, Leandra Batista. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.07



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e
Abordagens Contemporâneas

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do aluno: Luciana Souto e Braga

Às 14 horas do dia 06 de julho de 2020, reuniu-se na Faculdade de Letras da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e Abordagens Contemporâneas para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "Preconceito linguístico na sala de aula: investigando suas ocorrências e trabalhando por sua eliminação", requisito final para obtenção do Grau de Especialista em Gramática e Ensino. Abrindo a sessão, a banca, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passaram a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

O(A) Prof(a). Janayna Carvalho indicou a aprovação do candidato;

O(A) Prof(a). Lorenza Vitral indicou a aprovação do candidato;

Pelas indicações, a candidata foi considerado aprovada.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2020.

Lorenza Teixeira Vitral *Janayna M. Rocha Carvalho*

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenação.



RESUMO

O presente trabalho aborda o tema: “Preconceito linguístico em sala de aula: investigando suas ocorrências e trabalhando por sua eliminação”. A proposta foi fazer uma análise teórica do assunto sobre as variantes linguísticas no ensino de língua portuguesa e como os alunos poderiam se comportar diante das diferenças linguísticas, com ou sem preconceito em relação às variantes não padrão. Conforme acontece na maioria das escolas, percebi que há muito preconceito linguístico por parte dos alunos, por isso minha intenção é discutir com os discente vários exemplos de variante não padrão a fim de que eles possam se posicionar a respeito do uso padrão e do uso não padrão. A partir disso, houve a necessidade em meu trabalho de pôr algumas considerações a respeito de como combater a preconceito linguístico em sala de aula. O motivo se deu ao notar que o uso padrão tem uma ótica voltada ao ensino tradicional, ou seja, a gramática normativa, considerando-a como se fosse a única forma correta de uso da língua, compulsória, depreciando as outras variedades linguísticas (usos não padrão). Dessa forma, pretendo mostrar aos meus discentes de que há, certamente, o preconceito linguístico em sala de aula e que este resulta do preconceito social, que se esconde nas diversas esferas das estratificações sociais. Ao final do trabalho, apresento algumas sugestões de atividades que possam levar o aluno a entender o uso de variantes não padrão e a analisar tais usos com um ponto de vista mais crítico.

Palavras-chave: preconceito linguístico; variantes linguísticas; ensino e combate ao preconceito linguístico.

ABSTRACT

The present work approaches the theme: Linguistic prejudice in the classroom: investigating its occurrences and working towards its elimination. The proposal was to make a theoretical analysis of the subject about linguistic variations and how students behave in the face of linguistic differences. As is the case in most schools, I have noticed that there is a great linguistic bias, so my intention is to pass on to the students several examples of non-standard variations and that they can take a stand on standard usage, in the case of a normative grammar, and non-standard usage pattern.

From that, it was necessary in my work to put some considerations on how to win, fight a linguistic prejudice in the classroom. The justification was given by the observation that the use of the pattern has a perspective focused on traditional teaching, that is, the normative grammar, considering it as if it were a single correct form, depreciating other linguistic varieties (non-standard usage).

Thus, I intend to show my students that there is, of course, linguistic prejudice in the classroom and that this results from social prejudice, which hides in the various spheres of social classes. For this, it is necessary to try to combat or at least reduce the distance between these linguistic variations.

Keywords: linguistic prejudice, linguistic variations, and teaching of linguistic variations.

LISTA DE FIGURAS

	página
Figura 1 – Tirinha do Chico Bento	24
Figura 2 – Charge do Maurício Rett	25
Figura 3 – Anúncio em cartaz de rua	26

SUMÁRIO

	página
1 INTRODUÇÃO	6
1.1 OBJETIVOS	6
1.1.1 OBJETIVO GERAL	6
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
1.2 JUSTIFICATIVA	7
1.3 PLANO DO TRABALHO	8
2 VARIAÇÃO, PRECONCEITO E ENSINO	10
2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	10
2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: CONCEITO E REALIDADE ESCOLAR	16
2.3 ENSINO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO	20
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Em minha prática profissional como professora de Língua Portuguesa, tenho me deparado, em muitas ocasiões, com preconceitos linguísticos dentro da sala de aula. Casos como o dos verbos “ser” e “estar”, que, quando conjugados no modo subjuntivo, muitas vezes são pronunciados e escritos de forma não padrão (seje / esteje), são comuns. Outro caso muito comum é o uso do verbo “trazer” no particípio, dentro da locução verbal (tinha trago), entre outros exemplos de usos não padrão.

Na verdade, o que acontece nesses e em outros casos não é um erro de uso da língua, mas inadequações, que podem causar atitudes linguísticas diversas, uma vez que tal uso não obedece às regras gramaticais de uso de língua padrão em um ambiente formal/ mais monitorado (a escola). A partir desse contexto, pretendo responder à seguinte pergunta: Como estudar o preconceito linguístico dentro de sala de aula?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Propor uma discussão teórica em torno do preconceito linguístico e analisar sua presença e possível eliminação em sala de aula, de modo a auxiliar na formação de cidadãos críticos que consigam avaliar, sem preconceitos, os usos não padrão da língua.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fazer uma discussão em torno da norma padrão, da variação linguística e do preconceito linguístico;
- Fazer uma revisão de textos que mostram e/ou avaliam a presença do preconceito linguístico em sala de aula;

- Analisar situações propostas para combater o preconceito linguístico em sala de aula;
- Propor discussões acerca da norma e dos usos linguísticos, trabalhando criticamente, de modo a formar cidadãos reflexivos e sem preconceitos.

1.2 JUSTIFICATIVA

Muitos são os casos em que acontece o preconceito linguístico, principalmente, em ambientes escolares (salas de aula). Em alguns deles os discentes sofrem verdadeiro *bullying* por se expressarem de maneira diferente daquela prevista pela Gramática Normativa. Entretanto, aquilo que é “errado” segundo a norma padrão é considerado apenas uma inadequação conforme a Linguística Aplicada.

É importante ressaltar que muitos pesquisadores da área da Linguística já vêm afirmando há algum tempo que a linguagem não se constitui em um sistema imutável. Isto significa reconhecer que os sujeitos falantes e a língua podem se modificar a partir de situações sociais diferentes. Essas diferentes formas de utilizar a língua não precisam estar sempre de acordo com a norma padrão, uma vez que são condicionadas pela situação de interação em que se encontram

O que mais motivou meus estudos acerca da temática do Preconceito linguístico foi uma necessidade teórica e prática percebida em sala de aula. Leciono há alguns anos em escolas particulares, em especial, no Ensino Médio. Percebi, nesta Instituição de ensino em que atuo, alguns casos de Preconceito Linguístico a partir das situações relatadas a seguir:

SITUAÇÃO I: Quando comecei a dar aula nesta escola, há 2 anos, eu mesma sofri alguns preconceitos, em situações em que realizei a pronúncia aberta das vogais –e /–o, como em “Belo Horizonte”, “Peeçanha”, “generoso”, entre outras; e quando fiz redução de palavras e/ou uso de regionalismos, como na palavra: “divera” em vez de usar o padrão “deveras(mente)”.

SITUAÇÃO II: Iniciei um trabalho este ano, precisamente, no 1º bimestre, sobre Variedades Linguísticas. Já no início, pude perceber alguns risos irônicos e/ou sarcásticos direcionados a alguns alunos que usavam alguns termos ou palavras a partir de alguns exemplos dados: arredar, reбуçar, entre outros.

SITUAÇÃO III: Outra curiosidade que me chamou muito a atenção foi quanto ao uso de uma mesma palavra de maneira diferente quando escrita e quando falada. Por exemplo, a palavra “meio” pertencente à classe de palavras dos advérbios. Quando esta palavra era escrita, os alunos obedeciam à norma padrão da língua portuguesa, mas quando eles falavam, faziam a pronúncia de forma não padrão: Exemplo: Escrita: “Ana anda meio desatenta hoje”; Falada: “Ana, você está meia desatenta hoje, hein?” Além de lidar com variantes diferentes, essa situação reforça um estereótipo de que, na fala, é apropriado usar variantes não padrão, enquanto na escrita não.

A partir das três situações abordadas acima, constatei que há muito preconceito em relação à língua em suas diferentes nuances. Dessa forma, passei a ter convicção da necessidade de conscientizar meus discentes de que a língua é mutável, que temos variadas formas de nos comunicar e é isso o que importa. Assim, torna-se relevante elaborar estratégias para combater este tipo de preconceito em sala de aula.

1.3 PLANO DO TRABALHO

Para realizarmos essa pesquisa, optamos por um viés explicativo. De acordo com Gil (2008), a pesquisa explicativa tem como objetivo primordial identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. O mesmo autor ainda acrescenta que “[...] este tipo de pesquisa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade”. Uma vez que este trabalho propõe uma discussão teórica em torno do preconceito linguístico, visando uma possível eliminação deste em sala de aula, torna-se necessário saber como ele acontece.

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica pelo fato de este trabalho estar fundamentado em uma revisão de literatura comentada e discutida.

Na elaboração deste trabalho, utilizou-se uma revisão narrativa de literatura, que:

[...] não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos. (FCA/Unesp, 2015, p.2)

Por fim as discussões se encaminharam também para a reflexão a respeito do ensino das variantes e da disseminação do preconceito linguístico, o que nos levou a apresentar sugestões de atividades no ensino que buscavam incitar os discentes à reflexão e à visão crítica do preconceito linguístico.

Com o uso desses princípios, após essa introdução, apresentamos um capítulo de desenvolvimento que se organiza em torno de três tópicos. No primeiro, as discussões se voltam para a variação linguística, a fim de introduzir o segundo tópico, que apresenta reflexões a partir do preconceito linguístico que se forma com o julgamento do uso de variantes não padrão. O terceiro tópico se concentra em torno do ensino de língua dialogando com a variação e o preconceito, revendo alguns trabalhos já feitos acerca desse tópico e propondo atividades que possam formar alunos mais críticos quanto aos usos linguísticos e ao preconceito para com esses usos.

Para finalizar, apresentamos as considerações finais desta pesquisa.

2 VARIAÇÃO, PRECONCEITO E ENSINO

A fim de discutir teoricamente a noção de preconceito e de situá-la em relação ao ensino, apresentamos três tópicos para discutir alguns conceitos e posteriormente refletir como eles se aplicam ao ensino de língua portuguesa.

[...] por razões históricas e culturais, a maioria das pessoas plenamente alfabetizadas não cultivam nem desenvolvem suas habilidades linguísticas, ou seja, não cultivam nem desenvolvem o seu próprio letramento, a sua inserção no universo letrado. Ler e, sobretudo, escrever não fazem parte da cultura das nossas classes sociais mais escolarizadas. Isso se prende aos velhos preconceitos de que 'brasileiro não sabe português' e de que 'português é difícil', veiculados pelas práticas tradicionais de ensino. Esse ensino tradicional, como eu já disse, em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva), cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência. (BAGNO, 2009, p. 132)

Para se compreender a situação atual de nosso ensino em relação ao preconceito linguístico em sala de aula, uma pesquisa de campo seria desejável para proporcionar um contato real com a variação linguística e o preconceito na contemporaneidade escolar. Entretanto, nesta pesquisa, optou-se por fazer uma pesquisa de revisão bibliográfica, discutindo esses temas, e trabalhar com algumas sugestões de atividades para a sala de aula.

2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

De acordo com Costa (1996), a língua não é, como muitos acreditam, uma entidade imutável, homogênea, que paira por sobre os falantes. Pelo contrário, todas as línguas vivas mudam no decorrer do tempo e o processo em si nunca para. Ou seja, a mudança linguística é universal, contínua, gradual e dinâmica, embora apresente considerável regularidade. Essa opinião é compartilhada por outros autores (ALKMIN, 2008; BAGNO, 2007), pois a língua se modifica de acordo com o contexto histórico, geográfico e sociocultural. É o que pensa o autor Ernani Terra quando nos diz que:

Dado o caráter estático da norma e o caráter dinâmico da fala, a distância entre ambas é, em cada momento maior. A fala, por ser a realização concreta

da língua, representando sua diversidade, evolui a cada instante, acompanhando as transformações da sociedade. (TERRA, 2008, p. 59)

Vários são os estudiosos de sociolinguística que perceberam em seus estudos que a sociedade imagina a existência de uma língua pura, estática e cristalizada na obra de grandes escritores que mais parecem guardiões da gramática normativa. É o que pensam os autores Bagno e Rangel (2005), quando afirmam que:

Nesse conjunto de crenças, o que se entende por “língua” é uma entidade homogênea, monolítica, não só exterior ao indivíduo, mas que necessita, inclusive, de ser “protegida” do “mau uso” ou do “abuso” que esse mesmo indivíduo possa vir a “cometer” contra ela. A variação, quando reconhecida, é simplesmente sinônimo de “erro”. (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 72)

O que deve ser percebido nesse caso é que “[...] as variações linguísticas aparecem como uma necessidade humana e a língua como um código gramatical não fixo” (SANTOS, 2017, p. 68), apesar de ainda se pensar nas variações linguísticas como erros e, a partir disso, julgá-las preconceituosamente.

O problema que deve ser percebido aqui é que o conhecimento da gramática normativa, como forma de evitar as variações linguísticas consideradas não padrão, não leva os falantes a se expressarem melhor em sua língua. Esclarecendo este ponto de vista:

[...] o que aconteceu, ao longo do tempo, foi uma inversão da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como “regras” e “padrões” as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática (BAGNO, 2009, p. 64).

Em sala de aula, o professor deve respeitar as variações linguísticas que o discente usa para se interagir em seu meio, mas também é seu dever ensinar a norma padrão, uma vez que a maioria dos alunos só a aprende no ambiente escolar. Além disso, ela não deve ser ensinada como uma imposição, seja na esfera social, econômica ou cultural. O discente deve ter a autonomia para se expressar por meio da variante padrão. Ao professor cabe ressaltar como e em quais ambientes usá-la (intenção comunicativa), principalmente em situações de fala e escrita formal/ mais monitorada. (BAGNO; STUBBS; GAGNÉ, 2002).

A norma padrão da língua deve ser ensinada, deixando claro ao aluno que há variações em nossa sociedade, as quais ocorrem devido ao contexto em que são

empregadas. Então é imprescindível conduzir de uma forma mais adequada o ensino da norma-padrão. Cabe ao professor, em sala de aula, trabalhar com seus alunos, esclarecendo para eles que está ultrapassada a questão de ensinar o português por meio de “erros” e de “acertos”, “isto pode” ou “isto não pode”.

Além disso, o aluno não deve, em momento algum, se sentir ridicularizado por estar falando diferente dos demais colegas, já que isso resultaria em frustração, desânimo, desmotivação, podendo criar, dessa maneira, um conflito interno. Esse antagonismo já vem sendo apontado desde a 1ª Fase do Modernismo, com Oswald de Andrade (1978, p. 125):

PRONOMINAIS

Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do aluno

E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira

Dizem todos os dias

Deixa disso camarada

Me dá um cigarro.

O poema anterior mostra, claramente, divergências entre a norma padrão e a não padrão. Segundo Oswald de Andrade, há a fala da classe me nos privilegiada, como o “bom negro e o bom branco/da Nação Brasileira”, em contrapartida com a gramática “do professor e do aluno”. A interpretação contida no texto é sobre a colocação pronominal já que, na fala e na escrita menos monitoradas, usamos o pronome em início de frase, o que não é prescrito pela norma padrão, em que o “certo” é se usar a ênclise, ou seja, o pronome depois do verbo. Esta variação linguística ancorada nas diferenças de classe social, idade, sexo/gênero dos falantes é denominada diastrática (ALKMIN, 2008). Entretanto, pela minha experiência docente, o tipo de variação linguística que mais vejo ocorrer em sala de aula é a variação diafásica, ou seja, aquela que se dá em função do contexto comunicativo, que, no caso da sala de aula,

costuma ser muito informal entre os alunos. Expressões como “e aí, véio!” ou “tá ligado nesse lance do ENEM?” costumam ser comuns neste contexto.

Outra forma de variação é a diatópica ou geográfica, mais ampla, uma vez que contempla fatores históricos, sociais, econômicos e naturais, que, certamente, interferem e modificam a língua falada em diferentes regiões do país (ALKMIN, 2008). O texto abaixo, de Patativa do Assaré (2006, p. 329), ilustra bem o falar regional:

Brasi de cima e Brasi de baxo

Meu compadre Zé Fulo,
Meu amigo e companhêro,
Faz quage um ano que eu tou
Neste Rio de Janêro;
Eu saí do Cariri
Maginando que isto aqui
Era uma terra de sorte,
Mas fique sabendo tu
Que a misera aqui no Su
É esta mesma do Norte.

Tudo o que procuro acho.
Eu pude vê neste crima,
Que tem o Brasi de Baxo
E tem o Brasi de Cima.
Brasi de baxo, coitado!
É um pobre abandonado;
O de Cima tem cartaz,
Um do ôtro é bem deferente:
Brasi de Cima é pra frente,
Brasi de Baxo é pra trás.

A variação sociocultural abrange fatores como classe socioeconômica, grau de instrução e faixa etária do falante, muitas vezes este sendo considerado ou “taxado” como um desfavorecido em relação ao seu falar. Em sala de aula, como professor/a, deve-se observar isso com muita atenção, uma vez que o aluno que usa variantes não padrão pode ficar sem estímulo em seus estudos quando ridicularizado por isso. Enfatizando essa opinião, “[...] uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade por causa de seus falantes, isto é, vale como reflexão do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. (GNERRE, 1985, p. 6)

Assim, é de suma importância para o discente saber diferenciar as variações linguísticas para que possa valorizar sua língua materna. É uma das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN da Língua Portuguesa:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997, p. 13).

Dessa forma, é extremamente importante que se trabalhe a heterogeneidade linguística em sala de aula, uma vez que ensinar a gramática normativa para o discente pode ajudá-lo a ser mais aceito em situações de uso formal / mais monitorado da língua, e podem proporcionar ainda clareza para escrita de textos que se insiram nessas situações; por outro lado, como professora, devo capacitar os alunos a discernir uma variação linguística da outra, a fim de tornar meu discente crítico e reflexivo acerca das variantes linguísticas. Nesse sentido, “[...] nossa escola não reconhece a existência de uma multiplicidade de variedade de português e tenta impor a norma padrão sem procurar saber em que medida ela é na prática uma ‘língua estrangeira’ para muitos alunos, se não para todos.” (BAGNO, 2009, p. 29)

É necessário ter um novo olhar a despeito da variação linguística, colocando-a no ambiente escolar como um fenômeno tão importante quanto a variante formal da língua portuguesa, ou seja, haver a aceitabilidade tanto do uso padrão como também do não padrão. Como já vimos, “[...] a variação é inerente às línguas, e não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre falantes” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2017, p. 339). De fato,

palavras ou construções, em variação, em vez de comprometerem o mútuo entendimento, são ricas em significado social, e têm o poder de comunicar a nossos interlocutores mais do que o significado representacional pelo qual disputam.

As razões pelas quais são usadas diversas variantes se devem ao processo comunicativo e sua heterogeneidade. Todo falante deve se adequar ao seu contexto social e, para isso, tem que adaptar sua fala no meio em que está inserido. E isso não deve ser considerado como erro e sim como uma riqueza no linguajar de cada falante. Indo ao encontro desta afirmação:

[...] toda vez que emprego a palavra língua não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relações linguísticas imanentes. Ao contrário, minha concepção da língua pressupõe um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível à mudança), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminada sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas, com texto e discurso. (MARCUSCHI, 2010, p. 43)

Outra razão muito relevante é que a sociedade em que o falante vive é bastante heterogênea, com grupos sociais que possuem acesso à educação formal, enquanto outros não. Daí a necessidade de se respeitar tanto o uso padrão quanto o não padrão, uma vez que, para se comunicar, deve existir antes uma intenção comunicativa. É importante saber adequar a sua comunicação verbal de acordo com a situação (por exemplo, formal ou utilizando a norma padrão em uma entrevista de emprego; informal no caso de uma conversa com amigos ou família).

Com isso, percebe-se que aquilo que é imposto como um “erro” de português é, na realidade, um preconceito social, ou seja, para a sociedade vale a regra de que o uso da língua padrão é o único correto, seja na língua falada ou na escrita. Enfatizando este aspecto:

Os estudos linguísticos sobre as variedades mostraram, fundamentalmente, a complexidade de cada um dos dialetos (regionais, sociais), suas diferenças e suas semelhanças. Com isso, mostrou-se que a noção de erro não é uma questão linguística estrita, mas deriva da eleição social de uma das variedades como a certa. Não por acaso, esta variedade é aquela falada pelo grupo social que detém o poder (econômico, político, social). E esta variedade foi a base para a construção da escrita, porque na história, somente aqueles que tiveram tempo disponível para refletir puderam debruçar-se sobre suas formas de falar e num longo processo histórico foram construindo a modalidade escrita. (GERALDI, 1996, p. 69)

O caráter de heterogeneidade das línguas é percebido também pelo educador Paulo Freire, quando ele afirma que “[...] é importante termos em mente que as línguas são heterogêneas, não são sistemas perfeitos, prontos, acabados. Pode haver nelas heterogeneidade de origem externa ou interna à língua, e a heterogeneidade de um tipo pode gerar também heterogeneidade do outro tipo” (FREIRE, 1996, p. 150).

Como professora, é meu dever formar cidadãos com identidade, moral e autonomia e, junto à minha escola, fazê-los pessoas críticas e formadoras de opiniões. Corroborando essa opinião:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: CONCEITO E REALIDADE ESCOLAR

O preconceito linguístico caracteriza-se como um sentimento de reprovação ou desrespeito às variedades linguísticas utilizadas mais frequentemente pelas camadas sociais de menor prestígio, justamente pelo fato de não terem acesso a uma educação formal de melhor qualidade (BAGNO, 2009).

Existem preconceitos dos mais variados enraizados no seio de nossa sociedade. Isso precisa ser vencido, uma vez que algumas pessoas que sofrem essa intolerância podem se sentir inferiorizadas, pensando que nunca serão socialmente bem sucedidas. Da mesma maneira que existe preconceito em relação a religião, raça, sexo, há também preconceito em relação à língua, o chamado preconceito linguístico, ou seja, as pessoas são vistas pelo seu modo de se expressar; e isso não deve acontecer, pois cada ser humano tem o direito de se comunicar da maneira que lhe convier. Alguns autores afirmam que o modo de uma pessoa se manifestar oralmente pode levá-la a uma exclusão ou hierarquização social. Nesse sentido, “[...] os padrões linguísticos estão sujeitos à avaliação social positiva ou negativa e, nessa medida, podem determinar o tipo de inserção do falante na escala social. Outros indicadores são igualmente responsáveis pela colocação ou exclusão social dos indivíduos”. (MOLLICA, 2007, p. 30).

Muitas vezes se ensina nas escolas que somente a norma padrão, dada pela gramática normativa, é aceita, deixando de lado o dinamismo que uma língua tem. Em sala de aula, isso não pode acontecer, pois esse dinamismo da fala é a identidade do aluno e que deve ser preservada, uma vez que é a partir da fala que ele se identifica com sua comunidade, espelhando aspectos como classe social, idade, localidade de procedência, entre outros.

Em sala de aula, o preconceito linguístico é muito presente. Como a classe é heterogênea, ou seja, há alunos, em uma mesma turma, de classes sociais A, B, C, entre outras, alunos que vêm do interior ou de outras localidades, cada um com sua variação (alguns usos serão padrão e outros serão não padrão) tudo isso resulta, muitas vezes, em comentários maldosos, jocosos e irônicos por parte de colegas. É justamente isso que se tem que trabalhar em sala, mostrar que há variações e que todas devem ser aceitas e o importante é haver a comunicação. Neste contexto, um dos desafios a serem enfrentados no combate a este tipo de preconceito dentro de sala de aula é quebrar as barreiras entre fala e escrita, desfazendo o mito de que uma é sempre formal e a outra é sempre informal:

Ao mesmo tempo em que se peca por se pretender ser a escrita um registro regular, natural e inequívoco da fala, peca-se por se priorizar a primeira em detrimento da segunda. Escrita e oralidade têm suas peculiaridades que as tornam únicas em suas diferentes modalidades. Por outro lado, fica difícil isolar a primeira num trabalho dissociado da prática primeira da língua, isto é, da fala, da oralidade. Assim, para que se promova um ensino eficaz da língua materna, faz-se necessário demolir a barreira que separa essas duas práticas indissociáveis da língua nas sociedades letradas. (SANTOS, 2004, p.123)

Reforçando este discurso, a mesma autora ainda destaca que se deve partir sempre da oralidade para a escrita, trabalhando as diferenças e semelhanças entre as duas modalidades, visto que o fim maior do ensino de português “é o pleno domínio e uso de ambas as modalidades nos seus diferentes níveis” (MARCUSCHI, 2010).

Além disso, os discentes devem ser esclarecidos quanto à importância de se aprender o uso padrão, pois este fará parte de sua vida acadêmica e profissional, sem deixar de lado a relevância das outras variedades, uma vez que elas fazem parte da vida deles, nasceram com eles, ou seja, todo falante, antes de se ingressar na escola, aprende a língua não padrão, de maneira informal, com sua família, pessoas que estão em seu meio social. Marcuschi (2010, p. 18) esclarece que “[...] mais do que

uma decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso da língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização”. Reforçando ainda mais esta afirmação, o mesmo autor destaca:

A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão da atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela será sempre a porta da nossa iniciação à racionalidade e fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos. Isso se dá porque a língua é socialmente moldada e desenvolvida [...] (MARCUSCHI, 2010, p. 36).

Vale ressaltar como o preconceito linguístico surge em nossa sociedade, particularmente em sala de aula. A presença desse tipo de preconceito na sociedade é fruto da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica (BAGNO, 2009). Bagno ainda esclarece que os meios de comunicação e a própria escola são responsáveis por disseminar e intensificar o preconceito linguístico quando valorizam a gramática normativa em detrimento da língua realmente falada pela população.

Ocorre o preconceito linguístico de várias maneiras: na pronúncia, em que alguns falantes pronunciam o “r” de diferentes formas, como o paulista e o carioca, som aberto e fechado de determinadas vogais, como “e” e “o”, entre outras; nos aspectos morfossintáticos, como casos em que a pessoa diz “menas”, ao invés de “menos”, “seje”, no lugar de “seja”, “esteje” quando o padrão é “esteja”, isso para citar apenas alguns exemplos. Nesta situação:

[...] podemos dizer que o que existe, de um lado, em termos de representação ou imaginário linguístico, é uma norma-padrão ideal, inatingível e, do outro lado, em termos de realidade linguística e social, a massa de variedades reais, concretas, como se encontram na sociedade (BAGNO, 2006, p. 187).

Alguns estudiosos analisam o trato da variação linguística em sala de aula como algo inadequado, pois concebem os espaços escolares de forma arcaica, presos às concepções linguísticas de que apenas a norma padrão é adequada ao ambiente escolar. Professores muitas vezes ditam essa regra aos alunos, dificultando o processo de ensino-aprendizagem quanto à norma padrão e a não padrão. Na visão de Bagno (2009), outro obstáculo na configuração de mudanças na postura dos professores em relação ao tratamento da variação linguística em sala de aula é a falta de formação adequada para lidar com todo um conjunto de teorias e práticas que é relativamente novo como objetos e objetivos do ensino de português.

Além do exposto, as escolas, em sua maioria, são tradicionais, presas às convenções da norma padrão, e muitas vezes ignoram a questão da variação linguística em sala de aula, o que é bastante grave, já que muito do que é posto como problema de fala e escrita está diretamente relacionado ao fenômeno. Entretanto, o que é posto como um problema, notadamente para os defensores radicais da gramática normativa, é algo absolutamente normal. Neste contexto:

Em qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso, ocorreram mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua manifesta-se num conjunto de diferentes falares, que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua. Pensar numa língua uniforme, falada em todo canto e em toda hora do mesmo jeito, é um mito que tem trazido consequências desastrosas para a autoestima das pessoas (principalmente daquelas de meios rurais ou de classes sociais menos favorecidas) e que tem confundido, há séculos, os professores de língua. (ANTUNES, 2009, p. 22-23)

É importante pensar que a língua não é um sistema homogêneo, ou seja, não há como se falar da mesma forma em todos os lugares. Lopes (2000) destaca que as variações podem estar relacionadas às classes sociais, ao espaço físico que o falante ocupa, ao grupo profissional a que pertence, ao seu sexo, à modalidade de linguagem que utiliza para se comunicar e à situação da interação a que está exposto e que estas variações podem ser observadas em uma mesma comunidade.

Dessa maneira, é imprescindível constatar que a língua é um sistema heterogêneo, uma vez que é a partir desse pressuposto que percebemos que ela faz parte de nossas vidas, nossas histórias, as relações entre nós e nossos antepassados. Se fosse diferente, todos nós faríamos parte de uma mesma história, de uma mesma família, de uma mesma cultura e classe social. Então, as variações linguísticas existem porque as línguas são fatos sociais que mudam de acordo com um determinado tempo e espaço. Para Antunes (2007, p. 104) “[...] a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua.” Em vista disso, as diferenças linguísticas não podem ser vistas como erradas em sala de aula. Nesse sentido:

[...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolinguísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, STUBBS e GAGNÉ, 2002, p. 134).

Segundo os autores, a escola precisa mudar seu modo de pensar as variações linguísticas. Além disso, precisa valorizar as diversas manifestações da língua, seja em seu linguajar urbano, rural, regional, formal, informal, entre outras.

É importante ressaltar que as variedades linguísticas têm que ter, para a escola e para o professor, um valor relevante, pois fazem parte do meio em que o aluno é inserido. Essas diferentes variedades “[...] têm uma existência exterior (ou anterior) aos sujeitos e aos processos históricos, sociais e políticos, à identidade e à cultura que a linguagem veicula” (BERENBLUM, 2003, p. 171).

Enfatizando este discurso, tudo isso precisa ser valorizado e respeitado. Dessa forma, um dos problemas do ensino de língua materna estaria, se não eliminado, pelo menos, amenizado, uma vez que a questão da variação linguística é, sem dúvida, um dos fatores mais importantes que interferem nas relações de professores e alunos em sala de aula.

2.3 ENSINO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Desde muito tempo, um dos tópicos que predomina em sala de aula é a língua portuguesa tradicional, isto é, aquela composta de usos padrão, em que o aluno é ensinado, de forma autoritária, de que se deve sempre estar de acordo com as normas gramaticais, caso contrário estará escrevendo e aprendendo errado. Hodiernamente, isso não mudou, trazendo para a sala de aula o preconceito linguístico. Isto nos leva a um questionamento fundamental para quem trabalha com o ensino da língua portuguesa: o que devemos ensinar? Neste contexto:

O que é ensinar português, se não é meramente ensinar o padre-nosso ao vigário? Isto é, em que medida e em que sentido podemos ensinar a língua materna a pessoas que a utilizam com todo o domínio necessário para se expressar e se comunicar na sua vida cotidiana? É ensinar a norma culta? É ensinar a língua escrita? É ensinar o falante a perceber (para situar-se inclusive socialmente) os diferentes níveis, registros ou usos da linguagem que ele – como falante natural da língua portuguesa – pode dominar? (LEITE, 2006, p. 19).

Outros pesquisadores endossam essa opinião e vão além, como é o caso de Marcos Bagno, que expõe de forma clara sua visão sobre esse assunto:

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica. Infelizmente, porém, essa tendência não tem atingido um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira: o *preconceito linguístico*. (BAGNO, 2009, p.13)

Hodiernamente, atitudes preconceituosas acontecem muito em sala de aula e isso vai de encontro ao que defendo, uma vez que se deve ensinar ao discente a norma padrão; todavia, é preciso respeitar a sua fala, sua personalidade linguística. Se o docente não agir dessa maneira, o adolescente pode passar a acreditar que tudo o que aprendeu é errado, perdendo, assim, sua autonomia em relação ao seu modo de falar e isso poderia ser desastroso.

Nesse contexto:

Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização: erra-se ao tocar piano, erra-se ao dar um comando ao computador, erra-se ao falar/escrever uma língua estrangeira. A língua materna não é um saber desse tipo: ela é adquirida pela criança desde o útero, é absorvida junto com o leite materno. Por isso qualquer criança entre os 3 e 4 anos de idade (se não menos) já domina plenamente a gramática de sua língua. (BAGNO, 2009, p.123)

Não se pode, de modo algum, desprezar o que o aluno aprendeu e utiliza em casa e em sua comunidade de fala. Então, o que se deve fazer é mostrar a ele que existem várias formas de se comunicar, e que elas são adequadas de acordo com as situações (formais ou informais) em que acontece a comunicação.

Para tanto, o trabalho do professor em sala de aula é de extrema importância, uma vez que ele deverá mostrar aos alunos de que a variação linguística é um fator necessário para torná-los críticos quanto ao uso da norma padrão e o da não padrão.

Enfatizando esta opinião:

[...] o professor de gramática terá de deixar de lado a pretensão de determinar como deve ser a língua. [...] o gramático vai precisar aprender a dizer o que a língua é, não o que (segundo ele) deveria ser. Em vez de dizer, por exemplo, que o “certo” é chimpanzé, e que chimpanzé é errado, terá de procurar primeiro qual é a forma efetivamente usada. No máximo, poderá dizer que a forma chimpanzé se encontra ainda em alguns textos escritos (do tipo mais conservador), mas que, para a maioria dos falantes (e escreventes), a forma é chipanzé. O que ele vai precisar aprender pode ser colocado em uma única frase: a língua é como é, não como deveria ser (PERINI, 2003, p. 56).

Cabe ao professor ser o transformador no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que seu posicionamento frente a estas variações é crucial para a formação crítica de seus alunos.

Diante disso, é fato que a língua é heterogênea e que não há como ensinar, em sala de aula, apenas as formas de uso padrão. Então, mostrar ao discente que há várias formas de se comunicar e interagir é imprescindível. É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros, o reconhecimento da variação linguística, “[...] porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente”. (BAGNO, 2009, p.71).

Dentro desse contexto, é indubitável a postura do professor como agente transformador, ensinando essas variações e mostrando aos discentes que o uso da língua não padrão também é relevante para a aquisição dos seus conhecimentos sobre a língua. Caso contrário, ele dará margem ao preconceito e à exclusão no processo linguístico. Neste sentido, afirma Alkmin:

As diferenças linguísticas, observáveis nas comunidades em geral, são vistas como um dado inerente ao fenômeno linguístico. A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, nesse aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo (ALKMIN, 2008, p. 42).

Em decorrência disso, o respeito às variedades torna-se imprescindível, uma vez que diante de tantas desigualdades sociais que assolam nosso país, o aluno é apenas uma vítima do sistema, o que pode levar o ensino ao fracasso.

Um exemplo de preconceito linguístico devido ao uso de variações linguísticas não padrão se deu com exemplos de um livro didático, em 2011, como observado pelas autoras Belini e Souza (2014). A obra em questão tem o título “Por uma vida melhor”, e é de autoria de Helena Ramos; integra a coleção *Viver, Aprender*, da Editora Global e foi aprovado pelo Programa Nacional de Livros Didáticos 2012 para o ensino da Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O livro causou polêmica entre jornalistas, pedagogos, professores de Língua Portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) por causa de frases apresentadas no livro, como: “*Nós pega o peixe*” ou “*Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado*” (RAMOS, 2009, p. 15 *apud* BELINI e SOUZA, 2014). As mesmas autoras destacam:

Esses enunciados, desarticulados da obra e de conhecimentos sociolinguísticos, estiveram em evidência na imprensa nacional e foram alvo de grandes críticas e muita polêmica. Os órgãos da imprensa nacional mais poderosos dedicaram-se a noticiar e a discutir aspectos do livro, afirmando que Ramos (2009) estaria fazendo apologia ao erro de português e desvalorizando a variedade padrão da língua. Toda essa celeuma está vinculada ao fato de que provavelmente as pessoas que a ladearam não apresentam, conforme Possenti (2011), nenhuma formação histórica que lhes permitiriam saber que o certo de agora pode ter sido o errado de antes. (BELINI e SOUZA, 2014, p.212).

Fazendo um contraponto, as mesmas autoras analisam um outro livro (*Língua Portuguesa: linguagem e interação*), que apresenta excelentes qualitativos segundo a avaliação do Ministério da Educação (MEC), através do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). De acordo com essa avaliação:

[...] dentre outros aspectos referenciados, o manual “colabora efetivamente para o desenvolvimento da linguagem oral do aluno, por explorar gêneros textuais orais adequados a situações comunicativas diversificadas”. E ressalta que relações entre fala e escrita, bem como efeitos de sentido determinados pelo uso de recursos da língua são explorados em diálogos orais, escritos e em entrevistas (BRASIL, 2011a, p. 27 apud BELINI e SOUZA, 2014, p. 218).

CHAIBE (2016) pesquisou a variação linguística em livros didáticos. A partir de análises sobre o tratamento que os livros didáticos dão para a variação linguística, a autora constata a superficialidade do conteúdo nos materiais. Neste sentido, ela orienta que “[...] a variação linguística não deve ser tratada apenas como mais um dos conteúdos do livro didático apenas para cumprir as orientações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)” (CHAIBE, 2016, p. 83).

Analisando um livro didático para ensino fundamental utilizado em muitas escolas particulares de Belo Horizonte (*Gramática: texto, reflexão e uso – Volume único - dos autores Willian Cereja e Thereza Cochar – Editora Atual*), pude constatar que os autores propõem o ensino de variação linguística em seu capítulo 3, sob o nome “As variedades de uma língua plural”. Há numerosos exemplos sob a forma de textos, charges, além de muitos exercícios. O livro trabalha com a construção do conceito de variação linguística a partir de uma anedota utilizando linguagem regional, diferencia norma padrão de variedades de prestígio, relaciona a variação linguística ao preconceito social, lista os tipos de variação linguística, diferencia oralidade e escrita e os graus de formalidade e informalidade. Ou seja, é um livro texto muito adequado e que segue os PCN de Língua Portuguesa. Entretanto, todos os livros que seguem

os PCN vão ter uma proposta parecida para esse trabalho com a variação linguística em sala de aula, aprofundando a questão em maior ou menor grau. Acredito que a atitude do professor ao trabalhar com variação linguística é que pode fazer a diferença, induzindo os alunos para refletirem mais criticamente e perceberem que as variantes linguísticas devem deixar de ser apenas mais um preconceito a ser combatido para se tornar o preconceito a ser eliminado: aquele social que se reflete na linguagem.

Em sala de aula, já trabalhei com meus alunos sobre as variantes não padrão por meio de tirinhas, charges e mensagens, a fim de que eles pudessem analisar criticamente a heterogeneidade da língua e que, ao final, chegassem a alguma conclusão a respeito da variante padrão e a não padrão, que tanto uma quanto a outra são relevantes no processo de ensino-aprendizagem e no meio em que são inseridos. Pedi a eles que lessem alguns textos que ilustram ou trazem algumas variantes não padrão e que, depois, respondessem a algumas perguntas.

Figura 1 – Tirinha do Chico Bento



FONTE: Disponível em: <<https://brainly.com.br/tarefa/11345591>>. Acesso em: 31 maio 2020.

Na tirinha de Chico Bento, fiz as seguintes perguntas a eles: primeira: que tipo linguagem há na fala da personagem descrita? Eles me responderam prontamente que era o caipira, de gente da roça, que não sabia falar português. Eu os questioneei se sobre o que era falar certo e errado na concepção deles. Eles responderam que falar o certo era a forma gramatical ensinada nas escolas, a norma padrão da língua.

Minha segunda pergunta foi: vocês entenderam, mesmo no linguajar caipira, a mensagem que Chico Bento quis passar? Imediatamente disseram que sim. Então, nesse momento, pude entrar com a explicação de que há variantes não padrão e que elas são tão relevantes quanto a padrão. O que aconteceu na tirinha é que a personagem ilustra alguém que mora no interior e que a sua fala trazia formas de representar um falar regional. A partir daí, começaram a entender que os usos linguísticos refletem aspectos da identidade do falante.

É interessante destacar que a personagem Chico Bento é um estereótipo, e o seu modo de se comunicar, em alguns casos, é parecido com a comunicação coloquial de muitas pessoas que conhecemos. Entretanto, este exemplo ajuda os alunos a perceberem atitudes de preconceito linguístico.

Figura 2 – Charge de Maurício Rett



FONTE: Disponível em: <<https://descomplica.com.br/artigo/4-imagens-que-vaio-te-ajudar-a-nunca-mais-confundir-as-variaco-es-linguisticas/4kq/>>. Acesso em: 31 maio 2020.

Com a apresentação da charge acima pedi aos alunos para que a lessem e me dissessem o que achavam de estranho nela. Prontamente, por conhecerem bem o “internetês”, responderam que a personagem que estava no computador falou da mesma forma que escreve nas redes sociais e que isso era normal para eles, mas que também perceberam que essa forma de escrever “internetês” em outro contexto era inadequada, uma vez que outro tipo de interlocução pode não permitir o uso dessas variantes. Pedi a eles que refletissem sobre o que acabaram de falar e que pudessem analisar mais a fundo a diferença entre uso padrão e não padrão, suas diferenças e suas relevâncias em um contexto comunicativo.

Figura 3 – Anúncio em cartaz de rua



FONTE: Disponível em: <<http://rafael2808.blogspot.com/2011/07/niveis-de-linguagem.html>>. Acesso em: 31 maio 2020.

No anúncio abordado acima, perguntei aos discentes qual faixa etária teria a pessoa que escreveu a mensagem e qual, provavelmente, seria a escolaridade dela. Nessa atividade, os discentes foram taxativos. Disseram que a pessoa certamente era um adulto, que nunca havia ingressado em uma escola, que não sabia nenhuma norma gramatical, a não ser o que foi escrito acima “CHAVEIRO 24HS”, e que mais parecia ter copiado de algum lugar devido à mudança da letra, mais legível nesse caso. Novamente indaguei a eles se, mesmo as palavras estando grafadas incorretamente

(ou “erradas”, conforme falaram), se eles conseguiram compreender a mensagem. Responderam que sim.

Bagno (2009) preconiza que aquilo que a sociedade chama de erros de português, no caso das grafias não registradas oficialmente (a ortografia do português é determinada por lei, como foi o caso do último acordo ortográfico dos países de língua portuguesa, votado no Congresso Brasileiro, no Senado e sancionado em um decreto pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva – BRASIL, 2008) não reduz de modo algum a eficácia comunicativa da língua:

Ora, em cartazes e placas não aparecem “erros de português” e, sim, “erros” de ortografia. Escrever, digamos, LOJINHA DE ARTEZANATO, onde a lei obriga a escrever LOJINHAS DE ATESANATO em nada vai prejudicar a intenção do autor da placa: informar que ali se vende objetos de artesanato. Nesse caso, nem mesmo a realização fonética da placa “certa” e da placa “errada” vai apresentar diferença. O fato também de haver “erro” na placa não significa de forma nenhuma que os objetos ali vendidos sejam de qualidade inferior, “errados” ou “feios” (BAGNO, 2009, p. 123).

A partir das perguntas feitas por mim e de várias reflexões acerca do uso padrão e não padrão, da intencionalidade comunicativa e do estigma em torno do uso de variantes não padrão, os alunos puderam perceber o tanto que estavam cometendo o preconceito linguístico.

Meus alunos chegaram à conclusão de que não existe o certo ou o errado nos usos linguísticos, e sim situações comunicativas que dependem do ambiente em que estão inseridos e da interlocução que se constrói. Também concluíram que aprender a norma padrão é importante, a fim de que eles possam se comunicar adequadamente em situações formais/ mais monitoradas, e que o preconceito, na verdade, não é linguístico, é social.

Assim, com efeito, tudo o que foi relatado sobre o uso de variantes não padrão pode gerar preconceito linguístico e isso deve ser combatido em sala de aula para que não haja, por parte dos discentes, análises e interpretações errôneas de que apenas a norma padrão é aceita na sociedade e nas escolas também.

É necessário haver uma reflexão acerca dessa diversidade para que a sala de aula não seja um ambiente de exclusão, mas sim de formação e transformação de cidadãos críticos acerca da realidade em que estão inseridos.

Como professora, tenho a incumbência de desmistificar isso em sala de aula, para que meus alunos não tenham uma visão unilateral de que apenas a norma padrão é que dita as regras; pelo contrário, devo estimulá-los a perceber que, certamente, é importante eles aprenderem as normas padrão, para utilizá-la sempre que necessário, mas sem desprezar as formas não padrão, ou seja, aquelas próximas a sua realidade, pois é por meio delas que eles irão interagir em seu dia a dia nas situações menos monitoradas.

Como mediadora do processo ensino-aprendizagem, é meu dever abordar a norma padrão, mas, ao mesmo tempo, mostrar que existem diversas variações linguísticas em nosso país. Isso nos leva a repensar o papel do professor de língua portuguesa, conforme ressalta Cagliari:

Aprender português [...] não é só aprender como a língua (e suas variedades) funcionam, mas também estudar ao máximo os usos linguísticos; e isso não significa só aprender a ler e escrever, mas inclui ainda a formação para aprender e usar as variedades linguísticas diferentes, sobretudo o dialeto-padrão. A escola dessa forma não só ensinaria português, como desempenharia ainda o papel imprescindível de promover socialmente os menos favorecidos pela sociedade (CAGLIARI, 2007, p. 83).

Assim, é dever de cada professor refletir junto aos alunos, em sala de aula, sobre a existência de diferentes variantes linguísticas e que todas elas têm sua importância, seus usos, seu lugar na interação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi abordado ao longo do trabalho, o preconceito linguístico ainda é muito presente em sala de aula, uma vez que alguns professores e muitas vezes a própria escola ensinam que apenas as regras dadas pela gramática normativa (quanto ao uso de um único padrão) são aceitas na sociedade. Nessa perspectiva, Bagno é categórico ao dizer que “[...] educar em língua materna é permitir o acesso dos aprendizes ao maior número possível de modalidades faladas e escritas de sua língua, modalidades que só se realizam empiricamente, concretamente, na forma de gêneros textuais” (BAGNO, 2012, p. 31).

Com isso, é perceptível que o ensino somente das regras da gramática normativa nas escolas é ultrapassado e que várias teorias linguísticas surgiram justamente para desmitificar isso. Para se formar como um profissional competente, qualificado, o aluno certamente deve aprender o uso padrão da língua que será utilizado para sua inserção em situações formais/ mais monitoradas, mas, por outro lado, para que possa se relacionar socialmente, se reconhecer como sujeito e interagir em outros tipos de situação, tem que haver, por parte dos profissionais do ensino, estímulo, a fim de que sejam valorizadas e respeitadas as formas não padrão. As discussões a esse respeito devem ser sempre estimuladas, a fim de que se possam formar cidadãos críticos e afinados em seus vínculos interpessoais e sociais. ANTUNES (2011) afirma que:

o momento nacional é de luta, de renovação e incita à mudança, a favor de uma participação cada vez maior de toda a população e de um exercício cada vez mais pleno da cidadania. O professor não pode ausentar-se desse momento nem, tampouco, estar nele de modo superficial. O ensino da língua portuguesa também não pode afastar-se desses propósitos cívicos de tornar as pessoas cada vez mais críticas, mais participativas e atuantes, política e socialmente (ANTUNES, 2011, p. 15).

É fator determinante para se erradicar ou, pelo menos, diminuir o preconceito linguístico em sala de aula, estreitar a relação entre os usos padrão e aqueles não padrão da língua. É imprescindível ainda estimular os alunos a refletirem sobre as variantes linguísticas e sua importância no contexto social. Esse seria o início de uma grande batalha, não a única, para modificar formas de se ensinar e de aprender o português.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tania M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008. v. 1, pp. 21-47.
- ANDRADE, Oswald. **Poesias reunidas**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.
- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português**. São Paulo: Parábola, 2011.
- ASSARÉ, Patativa do. **Melhores poemas**. Seleção de Cláudio Portella. São Paulo: Global, 2006.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/linguistica/a-lingua-de-eulalia-novela-sociolinguistica-de-marcos-bagno/view>>. Acesso em: 30 maio 2020.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 52. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BERENBLUM, A. **A invenção da palavra oficial**: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BELINI, Raimunda Gomes de Carvalho; SOUZA, Maria Margarete Fernandes de. A variação linguística no livro didático: um olhar sob a perspectiva sociolinguística. **Revista (Con) Textos Linguísticos** [online], v.8, n. 10, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5839/5796>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BETINE, Ronaldo. A variação linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.) **Introdução à linguística**: objetos teóricos. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 121-140.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa [online]. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 6.583, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008**. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Presidência da República, Casa Civil, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2007.

CHAIBE, Maria Eduarda dos Santos. **A variação linguística na educação contemporânea**: concepções e práticas pedagógicas. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2016. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma_2015/maria_eduarda_do_s_santos_chaibe.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

COSTA, Vera Lúcia Anunciação. A importância do conhecimento da variação linguística. **Educar em Revista** [online]. 1996, n.12, pp.51-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-4060. Acesso em: 18 maio 2020.

FCA/Unesp. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: 2015. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Disponível em: < <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<https://nepegeo.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2020.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercício de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LEITE, Lígia Chiappini de M. Gramática e literatura: desencontros e esperanças. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

LOPES, Iveuta de Abreu. Variação linguística e ensino de língua portuguesa: alguns pressupostos básicos. In: COSTA, Catarina de Sena S. M. (Org.). **Linguística e ensino de língua portuguesa**: sensibilidade cultural e interação didático-pedagógica. Teresina: EDUFPI, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4302824/mod_folder/content/0/Marcuschi%20%282010%29%20Da%20fala%20para%20a%20escrita.pdf?>>. Acesso em: 27 maio 2020.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Antônio Flávio Ferreira de; NASCIMENTO, Ilderlândio Assis de Andrade. As variedades linguísticas no livro didático Português – linguagens: uma abordagem sociolinguística. In: **Letrônica** - Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS [online]. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 336-349, jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/download/24974/16326>>. Acesso em: 27 maio 2020.

PERINI, Mário Alberto. **Sofrendo a gramática**: ensaios sobre a linguagem. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SANTOS, Janete S. Letramento, variação linguística e ensino de português. In: **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 119-134, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/304/320>. Acesso em: 15 maio 2020.

SANTOS, Abraão Júnior Cabral e. **Linguística aplicada à língua portuguesa**. Indaial: UNIASSELVI, 2017.

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 2008.